**PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº /2022.**

*Concede o* *título de cidadão maranhense a* *Maria da Glória Costa Gonçalves de Sousa Aquino.*

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO DECRETA:**

**Art. 1º -** Fica concedido o título de cidadão maranhense **Maria da Glória Costa Gonçalves de Sousa Aquino**, natural do Rio de Janeiro/RJ.

**Art. 2º -** Esta Resolução Legislativa entrará em vigor na data da sua publicação.

Assembleia Legislativa do Maranhão, em 17 de junho de 2022.

**WELLINGTON DO CURSO**

Deputado Estadual

**JUSTIFICATIVA**

Maria da Glória Costa Gonçalves de Sousa Aquino, natural do Estado do Rio de Janeiro/RJ. Advogada, inscrita na OAB, seccional do Rio de Janeiro/RJ há 22 (vinte e dois) anos, e São Luís/MA há aproximadamente 19 (dezenove) anos. Conselheira Seccional, Vice-presidente do Tribunal de Ética e Disciplina, e Membro da Comissão da Mulher e da Advogada OAB/MA. Exerceu a função de Vice-presidente da Comissão Estadual de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Ordem dos Advogados do Brasil - seccional Maranhão, de 2016 a 2021.

É professora adjunta, lotada no Departamento de Direito da Universidade Federal do Maranhão (UFMA/BR), aprovada em segundo lugar em concurso de provas e títulos (2009), onde leciona nos cursos de graduação e de pós-graduação em Direito. Pós-doutora em Direitos Humanos (2018) e em Direitos Sociais (2019) pela Universidade de Salamanca (USAL/ES). Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA/BR) (2016). Atualmente, desenvolve o seu segundo doutorado em Direito Processual Civil, na Universidade de Salamanca (USAL/ES). Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA/BR) (2008). Pós-graduada Lato Sensu em Direito da Propriedade Intelectual pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio/BR) (2002). Diplomou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio/BR) (2000). Exerceu atividade docente na Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão (ESMP/MA), na Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO/RJ), na Universidade Santa Úrsula/RJ, na Universidade Ceuma/MA e na Faculdade São Luís/Faculdade Estácio de Sá (FACSLZ/MA), nas duas últimas instituições exerceu os cargos de Coordenadora Geral do Curso de Direito e Coordenadora do Núcleo de Prática Jurídica. Pesquisadora vinculada aos Grupos de Pesquisa “Human Rights and Constitucional Challenges”; Cultura, Direito & Sociedade (GEPE) e Direitos Humanos e Biodiversidade (GEDH-Bio), todos vinculados ao CNPQ. Investigadora do Centro de Investigação em Justiça e Governação, vinculado a Faculdade de Direito da Universidade do Minho (JusGov/UMinho) (desde 2020). Vice-presidente da Associación de Alumnos Brasileños de la Universidad de Salamanca (ABS/USAL) desde 2020. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP). Membro Efetivo do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB Nacional), desde 2014, e integrante da Comissão de Direito Processual Civil, da Comissão da Mulher e da Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB Nacional). Membro Efetivo da Associação Brasileira Elas no Processo (ABEP). Associada ao Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI). Associada à Sociedade Brasileira para o Progresso à Ciência (SBPC), desde 2009. Avaliadora da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA). Conselheira do Conselho Deliberativo do Programa de Proteção à Vítima e Testemunha do Estado do Maranhão (PROVITA/MA), desde 2007. Conselheira Titular da Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional do Estado do Maranhão (CEJA/MA), desde 2006. Exerceu a função de Segunda Diretora de Políticas Institucionais da Federação Nacional dos Pós-graduandos em Direito (FEPODI), no triênio 2013-2015. Árbitra do Rio Pre Moot, evento preparativo para o Annual Willen C. Vis Internacional Commercial Arbitration Moot, evento mundial que ocorre anualmente em Viena/Áustria e que conta com equipes de renomadas instituições universitárias do mundo. Acadêmica, ocupante da cadeira número 1, patroneada por Fran Paxeco, na Academia Maranhense de Cultura Jurídica, Social e Política (A.M.C.J.S.P.), desde a sua fundação no ano de 2020, onde exerce também a função de Diretora Cultural e de Publicações. Membro do Corpo Editorial da Editora Dom Modesto, desde 2021; Revista de Direito Público, desde 2021; Revista de Políticas Públicas, desde 2020; Argumentum Revista Científica, desde 2017; Revista da ENAMP – Pensamentos Críticos e Práticas Transformativas, desde 2016; Revista de Política Judiciária, Gestão e Administração da Justiça, desde 2017; Revista de Formas Consensuais de Solução de Conflitos, desde 2017. Revisora de Periódico da Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo (SP), desde 2018 e da Revista da Advocacia Geral da União (AGU), desde 2017. Membro do Conselho Consultivo da Revista dos Estudantes de Direito da Universidade de Brasília (RED/UnB). Recebeu homenagem da Câmara Municipal de São Luís/MA por sua contribuição, comprometimento e dedicação para o aprimoramento e disseminação da Educação Superior em São Luís do Maranhão, em 2011. Agraciada com Menção Honrosa Prêmio Fapema Maria Aragão, na categoria Tese de Doutorado em 2016, cuja obra foi selecionada pelo Conselho da Justiça Federal para publicação na Série Monografias do CEJ – Centro de Estudos Judiciários, no ano de 2017, por tratar de tema relevante para a Justiça Federal, em especial, ou para o Poder Judiciário, em geral.

Idealizadora e organizadora do Congresso Global de Direitos Humanos (CGDH), cujas 1ª e 2ª edições foram realizadas na cidade de Lamego/Portugal, e com a 3ª edição programada para o ano de 2023. Conferencista no Brasil e no exterior, com mais de uma dezena de palestras proferidas nos países ibéricos. Coordenadora de eventos jurídicos no exterior, em especial, na Universidade de Salamanca/Espanha. Coordenadora de Grupos de Trabalhos no Congresso Internacional de Direitos Humanos, realizado pela Universidade de Coimbra. Autora de mais de cinquenta artigos científicos em revistas jurídicas especializadas e obras jurídicas, dentre as quais se destacam:

(1) Livro: Considerações sobre a Resolução CNJ n.º 125/2010: uma avaliação política da política judiciária brasileira – a solução dos conflitos de interesses?, de sua autoria, publicada pela Editora Lumen Juris, no ano 2017 (BR).

(2) Livro: Observatório do Futuro: a mediação na vanguarda da composição de conflitos – Volume I, publicada pela Editora Dom Modesto, em parceria com a Universidad de Salamanca e a Associación de Alumnos Brasileños de la Universidad de Salamanca, sendo autora e organizadora da obra, juntamente com o Professor Catedrático em Direito Processual Civil da USAL, Dr. Lorenzo Bujosa Vadell e o Dr. Marcelo Dias Jaques, no final do ano 2021 (BR/ES).

(3) E-Book: CMA Talks, tendo sido organizadora da obra publicada pela Ordem dos Advogados do Brasil – seccional Maranhão, no ano 2021. A obra se constitui em trabalho inédito e pioneiro desenvolvido pela Comissão da Mulher e da Advogada, entre as seccionais da OAB nacional (BR).

(4) E-book e Anais das 1ª e 2ª edições do Congresso Global de Direitos Humanos, tendo sido organizadora das obras publicadas pela Câmara Municipal de Lamego/Portugal e Editora EDUFMA, 2020 e 2021 (PT/BR).

(4) Livro: Falar de Mulheres: percursos e desafios latinos-americanos, sob a coordenação de Zélia Osório de Castro e Natividade Monteiro (PT), com capítulo intitulado “Lei Maria da Penha: violência psicológica contra as mulheres e sistemas de justiça no Brasil: uma análise sobre as peculiaridades de uma agressão invisível”, escrito em co-autoria com Débora Brandão e Gabriela Alencar, e publicado pelas Edições Húmus, em novembro de 2020 (PT).

(5) Livro: Vulnerabilidades sociais em tempo de Pandemia, organizado por Claudia Gonçalves e Rodrigo Desterro, tendo sido autora do capítulo “A caixa de pandora brasileira: a mediação como instrumento de acesso à justiça em tempos de crise pandêmica COVID-19”. A obra foi selecionada entre as 10 finalistas ao Prêmio Jabuti, no ano 2021, na categoria Ciências Sociais (BR).

(6) Livro: Igualdade, liberadade e sororidade, organizado por Daniela Borges, tendo sido co-autora do capítulo “As representações do Poder Judiciário e a violência doméstica e familiar contra as mulheres: impasse e perspectivas no Brasil contemporâneo”, publicado por ocasião da III Conferência Nacional da Mulher Advogada, pela OAB Nacional, em 2020 (BR).

(7) Livro: Escritos do Direito, em homenagem ao centenário da Escola de Direito da Universidade Federal do Maranhão, tendo sido uma das organizadoras da obra e co-autora do capítulo, intitulado “O acesso à justiça nos 30 anos de vigência da Constituição de 1988”, juntamente com Igor de Souza e Maria Laura da Silva, obra publicada pela EDUFMA, em 2019 (BR).

(8) Livro: O impacto da lei de liberdade econômica no direito brasileiro, organizado por Simone Dabés e Michelle Cardoso, com artigo intitulado “A desconsideração da personalidade jurídica à luz da lei da liberdade econômica”, publicado pela Editora Del Rey, em 2020 (BR).

(9) Livro: Direitos Humanos e fraternidade: estudos em homenagem ao Min. Reynaldo Soares da Fonseca, com capítulo intitulado “O acesso à justiça e o uso das plataformas digitais como mecanismo fraterno de solução de conflitos decorrentes das relações de consumo”, em co-autoria com Arnelle Peixoto, publicado pelas Edições ESMAN em parceria com EDUFMA, em 2021.

(10) Revista: Direitos Humanos em perspectiva, com capítulo intitulado “Análise procedimental comparativa do acesso ao sistema de proteção europeu e interamericano de Direitos Humanos”, escrito em co-autoria com o procurador da república portuguesa, Dr. João Paulo Borges Bichão, e publicado na plataforma Index Law Journals (OJS/PKP), indexado em bases de dados internacionais e nacionais, no ano de 2017.

(11) Abya Ayla: Revista sobre Acesso à Justiça e Direito nas Américas, com o artigo intitulado “A solução amistosa de conflitos individuais em matéria de direitos humanos sociais: o caso n.º 11.289 José Pereira vs. Brasil”, publicado no ano de 2020, nos periódicos da Universidade de Brasília (UnB).

Assembleia Legislativa do Maranhão, em 17 de junho de 2022.

**WELLINGTON DO CURSO**

Deputado Estadual